

TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.

**Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2018**



Maringá – PR., 12 de março de 2019.

À
Diretoria da
TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.
Maringá – PR

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado do Exercício.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas as Demonstração Financeiras.....	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À

Diretoria da

TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.

Maringá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.** (Companhia), em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades Anônimas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações contábeis do exercício anterior

Os valores individuais, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, utilizadas para fins de comparabilidade, auditadas por outros auditores independentes, sendo emitido em 23 de fevereiro de 2018, relatório de auditoria sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.** (Companhia), é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.** (Companhia), continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar o **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.** (Companhia), ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A**. (Companhia), são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

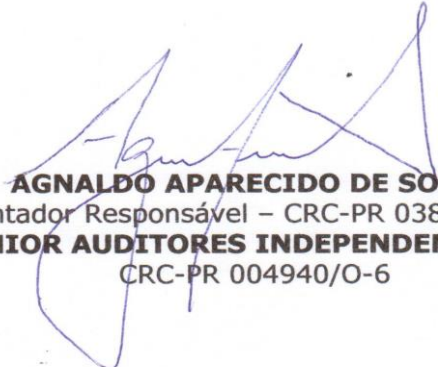
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá – Pr, 12 de março de 2019.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A

Demonstrações Contábeis 2018



Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A.

Balances Patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.448.691	1.873.218	Fornecedores	12	881.537	607.017
Clientes	5	1.284.774	428.202	Obrigações Tributárias	13	167.578	219.590
Tributos a Recuperar	6	3.980	-	Obrigações Trabalhistas	14	467.580	568.803
Outros Créditos	7	17.100	42.648	Provisões	15	400.732	286.383
Despesas Antecipadas	8	6.514	2.890	Outras Obrigações	16	81.843	54.856
Total do ativo circulante		3.761.059	2.346.958	Total do passivo circulante		1.999.270	1.736.649
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos Judiciais	9	27.567	27.567	Outras Obrigações	16	30.000	26.667
Imobilizado	10	1.466.453	1.461.159	Total do passivo não circulante		30.000	26.667
Intangível	11	34.111	-	Total do passivo		2.029.270	1.763.316
Total do ativo não circulante		1.528.131	1.488.726	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	17	3.800.000	3.800.000
				Prejuízos Acumulados	18	(540.080)	(1.727.632)
				Total do Patrimônio Líquido		3.259.920	2.072.368
Total do Ativo		5.289.190	3.835.684	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		5.289.190	3.835.684

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Nota	2018	2.017
Receita operacional líquida	19	14.718.047	13.429.868
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(10.811.472)	-
Lucro bruto		3.906.575	13.429.868
Despesas gerais e administrativas	21	(2.289.928)	(13.053.430)
Despesas tributárias		(21.487)	(48.403)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(101.184)	(48.700)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.493.976	279.335
Receitas financeiras		170.376	144.472
Despesas financeiras		(23.172)	(22.700)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	22	147.204	121.772
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros		1.641.180	401.107
Imposto de renda e contribuição social do exercício		(453.628)	(120.424)
Lucro líquido do exercício		1.187.552	280.683
Lucro líquido por ação		15,6257	3,6932

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido****Em 31 de dezembro**

(Valores expressos em reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.800.000	-	(2.010.702)	1.789.298
Aumento de Capital	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	280.683	280.683
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	2.387	2.387
Em 31 de dezembro de 2017	3.800.000	-	(1.727.632)	2.072.368
Aumento de Capital	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	1.187.552	1.187.552
Em 31 de dezembro de 2018	3.800.000	-	(540.080)	3.259.920

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa****Em 31 de dezembro****Método Indireto**

(Valores expressos em reais)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro do exercício	1.187.552	280.683
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	2.387
Depreciação e amortização	234.141	202.189
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.236	-
Variações de Ativos e Passivos		
Aumento/redução dos Clientes	(856.572)	12.467
Aumento/redução dos Tributos a recuperar	(3.980)	43.163
Redução/aumento dos Outros créditos	25.548	(12.865)
Redução das Despesas antecipadas	(3.624)	(2.890)
Aumento/redução dos depósitos judiciais	-	(27.567)
Aumento dos Fornecedores	274.520	97.793
Redução/aumento das Obrigações tributárias	(52.012)	90.725
Aumento/redução das Obrigações trabalhistas e provisões	13.126	(16.631)
Aumento das Outras obrigações	30.320	77.289
Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	850.255	746.743
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aumento/redução líquido de imobilizado	(235.259)	(166.209)
Aumento/redução líquido de intangível	(39.523)	-
Caixa tomado pelas Atividades de Investimentos	(274.782)	(166.209)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Caixa gerado pelas Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento de Caixa e equivalentes de caixa líquidos	575.473	580.534
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.873.218	1.292.684
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.448.691	1.873.218

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ – SBMG S/A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A** (Companhia) é uma sociedade de economia mista municipal, constituída pela lei 4.987 de 23 dezembro de 1999 sob a forma jurídica de sociedade por ações de capital fechado.

Compete a Companhia implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio a navegação aérea e explorar a armazenagem e capatazia em seus armazéns gerais, situados em seu sitio aeroportuário, que lhe for atribuída pelo município de Maringá, bem como, realizar quaisquer atividades correlatas ou afins.

Na consecução de seus objetivos e finalidades, cabe a Companhia a execução, direta e indireta dos serviços públicos necessários ao cumprimento de suas finalidades, na qualidade de concessionária de serviços públicos.

Durante o ano de 2018, operacionalmente obteve-se um acréscimo de 0,29% na quantidade de pousos e decolagens, passando de 7.257 operações em 2017 para 7.278 operações em 2018, conforme apresentado abaixo:

Operações	2018	2017	% Variação
Pousos	3.639	3.625	0,39%
Decolagens	3.639	3.632	0,19%
Total	7.278	7.257	0,29%

Com relação à movimentação de passageiros, em 2018 foram realizados 318.055 embarques e 322.528 desembarques, atendendo no total 640.583 passageiros, redução de 2,88% em relação ao ano de 2017, conforme relatado a seguir:

Passageiros	2018	2017	% Variação
Embarques	318.055	328.990	(3,32%)
Desembarques	322.528	330.580	(2,44%)
Total	640.583	659.570	(2,88%)

Para o ano de 2019, há grande esforço por parte da Companhia na captação de novas rotas de voos e estímulo para o aumento no número de passageiros atendidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alterações de estimativas, mudanças na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2019.

b) Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são apresentados a seguir.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis;
- Valor justo de instrumentos financeiros; e
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) Alterações no Plano de Contas

Cumpramos informar que por recomendação dos auditores independentes, foram realizadas as seguintes alterações em critérios e classificações contábeis para o exercício de 2018:

- Subclassificação da Receita Bruta Operacional em: Receita Tarifária e Receita Não Tarifária

- Desmembramento da conta Tarifas Aeroportuárias, que passou a ser conter as seguintes contas: Infraero, Decea, Aviação Regular, Aviação Geral e Demais Receitas Tarifárias.
- Extinção da conta Receitas Comerciais
- Todos os gastos eram reconhecidos como Despesas no ano de 2017.
- Implantação da contabilidade de Custos em 2018, onde os gastos são então divididos em Custos e/ou Despesas.
- Subclassificação dos Custos em: Serviços Contratados e Custo com Pessoal/Encargos Sociais
- Gastos com Pessoal e Gastos Gerais, anteriormente considerados despesas passaram a ser alocados e lançados como Custo ou Despesa, conforme o caso.
- Considera-se Custo: Gastos necessários para a operação do aeroporto e prestação de serviços nas atividades auxiliares dos transportes aéreos.
- Considera-se Despesa: Gastos administrativos para manutenção das atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador/arrendatário e ainda quanto seus valores são obtidos com relativa segurança.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Companhia revisa estas premissas e estimativas por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativas pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis).

d) Moeda estrangeira

A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio de Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Não existindo ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira.

e) Ativos circulante e não circulante**• Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado ao valor presente quando aplicável e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas e, são registradas

pelo valor justo e quando aplicável, ajustado ao seu valor presente em conformidade com o CPC 12.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. Os títulos são baixados contra a provisão a medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após o emprego de todas as medidas cabíveis para recebê-los.

- **Imobilizado**

Apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas que leva em consideração a vida útil econômica dos bens:

Imobilizado	Taxa anual depreciação
Imóveis – Instalações Administrativas	10%
Imóveis – Instalações Operacionais	4%
Imóveis – Instalações Canteiros Ornamentais	4%
Imóveis – Estacionamento	4%
Veículos	20%
Aparelhos de Comunicação	20%
Equipamentos de Informática	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Instalações	20%

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados bianualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

- **Redução ao valor recuperável**

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o exercício de 2017, a Companhia identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente realizou a provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

Os testes de *impairment* sobre ativos imobilizados com vida útil econômica indefinida são bianualmente testados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável. As perdas por *impairment* são incluídas no resultado.

- **Intangível**

O ativo intangível compreende os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso dos mesmos. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa de 20%, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos referidos intangíveis.

- **Demais ativos: circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

f) Passivos: circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.

g) Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subseqüentemente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

k) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis foram reclassificadas, quando aplicáveis, para fins de comparação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Equivalentes de caixa	2018	2017
Bancos conta movimento	1.539	20.326
Aplicações financeiras	2.447.152	1.852.892
Total	2.448.691	1.873.218

A Companhia dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e

responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

Essa política permite identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- Liquidez da Companhia;
- Minimização do risco financeiro; e
- Adequado retorno do capital investido.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativos, em derivativos, ações ou quaisquer outros ativos de risco.

A partir do exercício de 2016 a Companhia adotou o critério de aplicação diária dos recursos disponíveis em conta corrente do Banco do Brasil.

a) Bancos conta movimento

A composição do saldo bancário em 31 de dezembro é a seguinte:

Instituição financeira	Conta	2018	2017
Caixa Econômica Federal	287-5	-	17.226
Caixa Econômica Federal	4835-2	1.539	3.100
Banco do Brasil S/A.	115125-8	-	-
Total		1.539	20.326

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro as aplicações financeiras estavam assim representadas:

Instituição financeira	Modalidade	2018	2017
Caixa Econômica Federal	FIC PERSONAL RF LP	660.687	1.832.358
Caixa Econômica Federal	FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI LP	295.424	2.764
Banco do Brasil	RENDA FIXA LP 100	-	17.770
Banco do Brasil	RENDA FIXA Corp 400Mil	1.491.041	-
Total		2.447.152	1.852.892

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estavam com os rendimentos pactuados provisionados até a data base do balanço.

5. CLIENTES

Em 31 de dezembro o saldo de clientes estava assim representado:

Clientes	2018	2017
Infraero - Emp. Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	981.431	-
Gol Linhas Aéreas S/A	42.032	63.453
Pajolla Comunicação Ltda. - Me	41.492	37.000
Premium Tec Aviação Ltda.	28.826	62.251
Movida Locações De Veículos S.A.	26.987	24.443
BRINKS TRANSP DE VALORES E VIGILANCIA	23.760	11.949
LOCALIZA RENT A CAR S/A	17.745	14.636
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	14.265	49.638
R & R EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS LTDA	12.300	23.492
Outros	95.936	141.340
Total	1.284.774	428.202

Os valores a receber de clientes apresentavam-se líquidos daqueles que não apresentam possibilidade de recebimento.

O aumento considerável no valor de clientes deve-se maiormente pelo reconhecimento dos repasses da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) pelo regime de competência durante o ano de 2018. Esse reconhecimento só foi possível através da utilização de um software desenvolvido para quantificar a quantidade de passageiros embarcados e desembarcados no próprio mês em que ocorrem.

Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 (doze) meses ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.980 referem-se a IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de resgate de aplicações financeiras.

O saldo foi constituído no quarto trimestre de 2018 e será utilizado para compensação com débitos tributários futuros.

7. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro:

Outros créditos	2018	2017
Adiantamento de Terceiros	-	15.484
Adiantamento de Viagens	1.224	1.352
Adiantamento de Férias	15.876	25.812
Total	17.100	42.648

Os outros créditos referem se basicamente a adiantamento de viagens e adiantamento de férias concedidas a funcionários, a serem deduzidos do período de gozo no mês de janeiro de 2019.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro as despesas antecipadas estavam assim representadas:

Despesas Antecipadas	2018	2017
Seguros a Apropriar	2.504	2.395
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4.010	495
Total	6.514	2.890

O saldo composto por despesas a apropriar no exercício seguintes refere se contratação de seguro e assinaturas e anuidades.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro os depósitos judiciais apresentava o seguinte saldo:

Depósitos Judiciais	2018	2017
Depósitos Judiciais	27.567	27.567
Total	27.567	27.567

Os depósitos judiciais referem-se à guias de recolhimento para fins de recurso judicial junto à Justiça do Trabalho.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado totalizava R\$ 1.466.453 mil em 31/12/2018 (R\$ 1.461.159 mil em 31/12/2017) e estava assim composto:

Imobilizado	2018	2017
Imóveis	1.135.414	1.135.414
Veículos	317.224	374.444
Aparelhos de Comunicação	86.101	85.532
Equipamentos de Informática	248.705	143.938
Máquinas e Equipamentos	873.604	818.500
Móveis e Utensílios	400.262	388.432
Instalações	168.383	108.524
(-) Depreciação Acumulada	(1.751.241)	(1.581.626)
(-) Provisão para perdas em Impairment	(11.999)	(11.999)
Total	1.466.453	1.461.159

A evolução do ativo imobilizado da Companhia no exercício de 2018 está a seguir demonstrada:

Imobilizado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imóveis	818.064	0	0	(42.963)	775.101
Veículos	114.858	0	(57.220)	20.765	78.403
Aparelhos de Comunicação	1.541	569	0	(1.553)	557
Equipamentos de Informática	40.228	106.017	(1.250)	(23.865)	121.130
Máquinas e Equipamentos	247.015	56.984	(1.880)	(60.065)	242.054
Móveis e Utensílios	190.548	11.830	0	(34.229)	168.149
Instalações	60.904	59.859	0	(27.705)	93.058
	1.473.158	235.259	(60.350)	(169.615)	1.478.452
(-) Provisão p/ perdas em Impairment	(11.999)				(11.999)
Imobilizado líquido	1.461.159				1.466.453

O imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações. O imobilizado está livre de ônus, exceto quando atrelado ao próprio financiamento.

- **Depreciação**

A depreciação do exercício de 2018 totalizou R\$ 228.729 (R\$ 240.835 em 2017) e foi calculada pelo método linear com base na expectativa de vida útil econômica dos bens.

- **Adições**

Adições do imobilizado no exercício social de 2018 totalizaram R\$ 235.259, registrados pelo custo de aquisição registrados nas seguintes contas como segue:

Adições	R\$
Aparelhos de Comunicação	569
Equipamentos de Informática	106.017
Máquinas e Equipamentos	56.984
Móveis e Utensílios	11.830
Instalações	59.859
Total	235.259

- **Baixas**

As exclusões e baixas no exercício social de 2018 totalizaram R\$ 60.350, referente aos bens como segue:

Baixas	R\$
Veículos	57.220
Equipamentos de Informática	1.250
Máquinas e Equipamentos	1.880
Total	60.350

- **Provisão para perdas**

O teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados foi determinado pelo parágrafo 3º do Art. 183º da Lei 6.404/76, e no ano de 2016 a Companhia, através da decisão administrativa de número 013/SBMG/2016, determinou que fosse realizado o referido teste a cada 2 anos a contar do último ano-referência, 2015. Em 2017 o teste de recuperabilidade foi realizado pela empresa Ibiaeon Contabilidade Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática Ltda - EPP, através do qual foi recomendado efetuar registro de provisão para perdas na realização decorrente do teste de impairment. Conforme o Laudo de Avaliação no dia 21/11/2017 o valor a ser reconhecido como provisão para perda é de R\$ 11.999. Levando em consideração a periodicidade determinada pela decisão administrativa de número 013/SBMG/2016 o próximo levantamento patrimonial está previsto para mês 11/2019.

11. INTANGÍVEL

Demonstramos composição do intangível da Companhia no exercício na data base como segue:

Conta	2018	2017
Software/programas	53.033	13.510
(-) Amortização de software	(18.922)	(13.510)
Total	34.111	-

Os valores mantidos como Intangível são decorrentes de aquisição de licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação.

No exercício de 2018 foram adquiridos software no montante de R\$ 39.523 e amortização de R\$ 5.412 calculada pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

12. FORNECEDORES

Os valores a pagar aos fornecedores em 31 de dezembro estavam compostos como segue:

Fornecedores	2018	2017
Comando do Corpo de Bombeiros	353.816	353.816
Ares Brasil Serviços Aux. de Transp. Aéreo	228.821	-
Copel Distribuição S.A.	93.072	70.435
Waypoint Assessoria e Projetos Ltda. ME	51.500	-
Empresa Brasileira de Serv. Aux. Transp. Aéreo	47.519	-
Orbenk Administração e Serviço Ltda.	32.685	92.490
CC – Com. e Serviços de Sistemas de Refrig.e Ar Condic	14.430	-
Santa Rita Saúde Ltda.	12.716	14.572
Syma Print Ltda. Epp	11.243	-
Moran Projetos e Montagens Elétricas Ltda.	-	17.503
Reyco Sistemas e Serviços de Sinalização	-	14.000
Outros	35.735	44.201
Total	881.537	607.017

Na conta Fornecedores encontram-se débitos decorrentes das compras de mercadorias para utilização nas atividades administrativas e débitos com prestadores de serviços, essencialmente no mercado interno. Adiciona-se a este valor o provisionamento de despesas de Prevenção e Combate a Incêndio, devidos ao Comando do Corpo de Bombeiros do Estado do PR. Os valores a pagar aos fornecedores estão registrados a valor presente na data do balanço.

O saldo de R\$ 353.816 na rubrica do Comando do Corpo de Bombeiros representa a despesas com serviço secção combate incêndio constituída do período de Agosto de 2016 a Dezembro de 2016 em que os pagamentos foram suspensos mediante ao processo de renovação do convênio.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro as Obrigações Tributárias estavam assim representadas:

Obrigações Tributárias	2018	2017
IRRF a recolher	32.977	39.040
PIS a recolher	8.152	13.440
COFINS a recolher	37.709	62.010
CSLL a recolher	10.519	27.001
ISSQN a recolher	20.419	11.514
IRRF retido a recolher	7.146	3.957
IRPJ a recolher	18.150	43.842
Retenções Lei 10833/2003	32.506	18.786
Total	167.578	219.590

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PROVISÕES

Obrigações Trabalhistas e Provisões apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro:

Obrigações Trabalhistas e Provisões	2018	2017
INSS retido a pagar	39.244	23.434
FGTS a pagar	11.103	22.152
INSS a pagar	74.244	86.238
Contribuição sindical a pagar	183	229
Provisão para férias	342.806	436.750
Total	467.580	568.803

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo das provisões para liquidação de processos no montante de R\$ 400.731 (R\$ 286.383 em 31/12/2017) referem se contingências passivas de natureza trabalhista no valor de R\$ 212.414 referente a 12 ações (13 ações em 31/12/2017) e uma ação cível (2 ações em 31/12/2017) movida pelo Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná cujo valor da causa é R\$1.883.183 provisionada em 10%, com valor de R\$ 188.318. As provisões para liquidação de processos são avaliadas trimestralmente por consultor jurídico e provisionadas quando o risco é considerável provável. Não há ações judiciais consideradas como perda possível.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Demonstramos a composição do saldo das outras obrigações em 31 de dezembro, como segue:

Outras Obrigações	2018	2017
Cheques a compensar	-	45
Pensão Alimentícia a pagar	477	-
Empréstimos consignados	14.699	14.811
ANAC - Agência Nacional da Aviação Civil	96.667	66.667
	111.843	81.523
Passivo Circulante	81.843	54.856
Passivo não Circulante	30.000	26.667

O saldo composto por desconto em folha mensal de salários referente pensão alimentícia e empréstimo consignados, repassados aos beneficiários no mês seguinte ao desconto.

O principal saldo compondo outras obrigações refere se a saldo de parcelamento de autos de infração junto ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, com provimento negado em segunda instância, parceladas em 24 meses.

Demonstramos a composição do saldo e quantidade de parcelas a pagar na data base como segue:

Auto de Infração	Emissão	Última Parcela	Principal	Parcelas a Pagar	Saldo
01572/2012	20/09/17	30/08/19	40.000	8 meses	13.334
01571/2012	20/09/17	30/08/19	40.000	8 meses	13.333
01765/2009	17/10/18	30/09/20	80.000	21 meses	70.000,00
Total					96.667

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado da Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A é de R\$ 3.800.000, representado por 76.000 quotas no valor de R\$ 50,00 cada, pertencentes a sócios pessoa jurídica de direito publico e pessoas físicas domiciliados no país. A distribuição das quotas do capital subscrito está assim representada:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	R\$	% de Participação
Prefeitura Municipal de Maringá	75.970	3.798.480	99,96%
Francisco Favoto	7,6	380	0,01%
Fernando José Rezende	7,6	380	0,01%
Sidnei Oliveira Telles Filho	7,6	380	0,01%
Orlando Chiqueto Rodrigues	7,6	380	0,01%
Total	76.000	3.800.000	100,00

No exercício de 2018 não houve alteração no capital social ou quadro societário.

18. PREJUÍZOS ACUMULADOS

A Companhia apresenta um prejuízo acumulado no final de 2018 de R\$ 540.080 (R\$ 1.727.632 em 31/12/2017), amortizado pelo lucro do exercício de 2018 de R\$ 1.187.552 (R\$ 280.683 em 2017).

A administração tem adotado diversas medidas para aumento das receitas e contenção de custos. Dentre as quais se destaca: A concessão de novos espaços para exploração mercantil, busca de parcerias junto às companhias aéreas para novas rotas de voos, otimização dos processos internos e renegociação de contratos.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia são decorrentes, substancialmente, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados no transporte aéreo, as quais estão assim constituídas:

- Tarifa de embarque de passageiro;
- Tarifa de pouso e permanência de aeronaves;
- Tarifa de armazenagem e capatazia de carga aérea; e
- Tarifa de prestação de serviços de comunicações e auxílios à navegação aérea.

É parte relevante da receita a arrecadação de valores oriundos Aluguel de áreas e espaços do terminal aéreo. Receitas também incluem Receitas Variáveis que representam participação no faturamento dos concessionários conforme acordo contratual, Receitas com Condomínio que são recebimentos dos concessionários mediante rateios das despesas comuns na proporção das suas frações. Compõem também as receitas, a rubrica Receitas Diversas provenientes de fatos gerados de receitas esporádicas, Receitas com acesso de veículos relativo ao acesso de carro-

forte para transporte de valores e Receitas com Editais que são as taxas cobradas referentes às inscrições dos concursos públicos.

A Companhia, portanto, obtém seus recursos financeiros mediante a cobrança de preços específicos e de tarifas aos usuários e operadoras do transporte aéreo, conforme detalhamento abaixo:

Conta	2018	2017
Receita Operacional		
Tarifas Aeroportuárias	12.499.918	11.399.761
Receitas com Aluguéis	2.259.542	2.214.076
Receitas Variáveis	898.502	794.932
Receitas com Condomínio	386.446	360.236
Receitas Diversas	39.556	37.193
Receitas Acesso de Veículos	142.580	-
(-) Impostos incidentes s/ vendas		
PIS s/ vendas	(268.792)	(245.248)
COFINS s/ vendas	(1.239.705)	(1.131.082)
Receita operacional Líquida	14.718.047	13.429.868

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Destacamos as principais contas de custo dos serviços prestados no exercício de 2018, como segue:

Custo dos serviços prestados	2018
Apoio Técnico - Proteção e Operação	3.390.188
Conservação e Limpeza	742.897
Materiais de Limpeza e Conservação	212.391
Prevenção e Combate a Incêndio	969.137
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	362.766
Energia Elétrica	751.292
Custo com Pessoal e Encargos Sociais	3.419.345
Outros	963.456
Total	10.811.472

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A composição das Despesas Gerais e Administrativas em 31 de dezembro é a seguinte:

Despesas Gerais e Administrativas	2018	2017
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	1.232.567	5.184.807
Despesas Gerais	1.051.165	7.865.135
Outras Despesas	6.196	3.488
Total	2.289.928	13.053.430

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro o Resultado Financeiro Líquido apresentou a seguinte composição:

Resultado Financeiro Líquido	2018	2017
Juros e multas recebidos	16.103	15.566
Reembolso de valores	-	266
Recuperação de créditos	8.213	-
Rendimentos s/ aplicações fin.	146.060	128.640
Despesas bancárias	(13.161)	(16.049)
Descontos concedidos	-	(1)
Juros e multas recebidos	(7.993)	(312)
IOF	(2.018)	(6.338)
Total	147.204	121.772

23. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como sociedade de economia mista de capital fechado, e atuando na área aeroportuária, a SBMG está sujeita a diversos regulamentos. A Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e, mais recentemente, a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), fazem parte das legislações as quais a Companhia está sujeita para desenvolvimento de suas atividades.

Implementada em 2018, a governança corporativa ganhou área própria no organograma da Companhia, denominada **Governança, Riscos, Controles e Ouvidoria**, e deu em 2018 importantes passos no sentido de sua consolidação.

Foram medidas que reforçam os processos de adequação da SBMG à Lei das Estatais, a saber:

- Reforma do Estatuto Social, em linha com os pressupostos da Lei nº 13.303/2016;
- Elaboração do Manual de Gestão de Riscos;
- Elaboração do Manual com as Políticas de Remuneração dos Administradores;

- Elaboração do Regimento Interno;
- Elaboração do Código de Conduta e Integridade;
- Elaboração dos Regulamentos de Licitações, Contratos e Dispensa e Inexigibilidade;
- Criação e desenvolvimento do Manual de Controles Internos;
- Elaboração da Carta anual de Governança Corporativa;
- Dentre outros.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Administração da Companhia, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A Companhia não possui contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco provável e ou possível, na data das demonstrações financeiras.

b) Trabalhista

As contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 15 – Provisões para Contingências.

A Companhia não possuía na data das demonstrações contábeis contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco provável.

c) Civil, comercial e outras

As contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 15 – Provisões para Contingências.

A Companhia não possuía na data das demonstrações contábeis contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco provável.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a Companhia irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da Companhia, ou seja, há incerteza, portanto, não havendo contabilização a ser realizada, somente divulgação em nota explicativa;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da Companhia, não havendo contabilização a ser realizada, nem mesmo divulgação em nota explicativa.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

26. ASPECTOS AMBIENTAIS

As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros e os Diretores.

Os administradores e conselheiros são remunerados na forma de pró-labore, pagos via folha de pagamento.

O total pago durante o ano de 2018 aos Conselheiros Fiscais foi de R\$9.108 a título de pró-labore.

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

No ano de 2018 não foram pago valores a título de gratificações a administradores.

28. GERENCIAMENTO DE RISCO – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Contexto geral

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pela Diretoria.

b) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 02 às demonstrações financeiras.

d) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e

processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

29. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

No exercício de 2018 a Companhia não apresentou outros resultados abrangentes, fato pelo qual não apresenta a referida demonstração.

Maringá - PR, 31 de dezembro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ulisses de Jesus Maia Kotsifas

Presidente do Conselho de Administração

Fernando José Rezende

Conselheiro

Francisco Favoto

Conselheiro

Sidnei Oliveira Telles Filho

Conselheiro

Orlando Chiqueto Rodrigues

Conselheiro

DIRETORIA

Fernando José Rezende

Presidente

Murilo Jordan Fernandes Martins

Vice-Presidente

Aline dos Santos

Contadora

CRC-PR 068102/O-4